

A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL – QUESTÕES PARA O DEBATE

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues¹
Juliana Aparecida Cobuci Pereira²
Luciana Gonçalves Pereira de Paula³
Nicole Cristina Oliveira Silva⁴

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social se constitui enquanto uma profissão interventiva, de caráter sócio-político, com incidência sobre as diversas manifestações da questão social que se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha. O trabalho profissional desenvolvido pelo assistente social é a condição essencial para o seu reconhecimento e para que ocupe um lugar na divisão social e técnica do trabalho. O processo interventivo desenvolvido pelo assistente social possui um efeito que incide, diretamente, nas condições materiais e sociais de seus usuários. A atuação profissional do assistente social interfere nas questões relativas à sobrevivência material e social de segmentos da classe trabalhadora (PAULA, 2016).

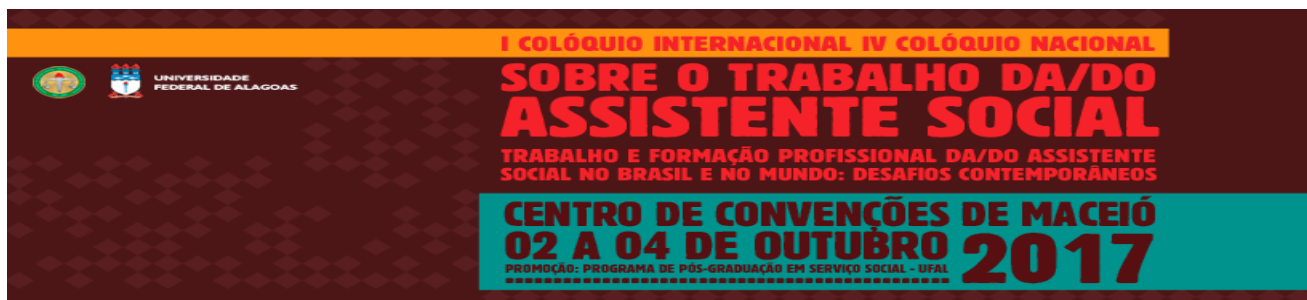
Ao mesmo tempo, o assistente social, enquanto profissional liberal, formado e requisitado para atuar no campo das políticas sociais, por excelência, insere-se no mercado de trabalho sob a condição do assalariamento, integrando um determinado segmento da classe trabalhadora. Portanto, o assistente social atua junto às necessidades e demandas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que, por meio de sua condição assalariada, também integra essa classe. Configura-se aí a dupla natureza do Serviço Social: ele é ao mesmo tempo trabalho (assalariado) e profissão (liberal). Essa dupla condição perpassa o

¹ Aluna de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: carolinanascimento15@hotmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: julianacobucci@hotmail.com.

³ Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: lugppaula@gmail.com.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: nicolecosilva19@gmail.com.



cotidiano de trabalho dos assistentes sociais e coloca para esses profissionais/trabalhadores um dilema muito próprio: como realizar uma intervenção profissional capaz de expressar os valores e princípios defendidos por essa categoria através de seu projeto profissional crítico, em uma realidade tão adversa e limitada como é a de um trabalhador assalariado?

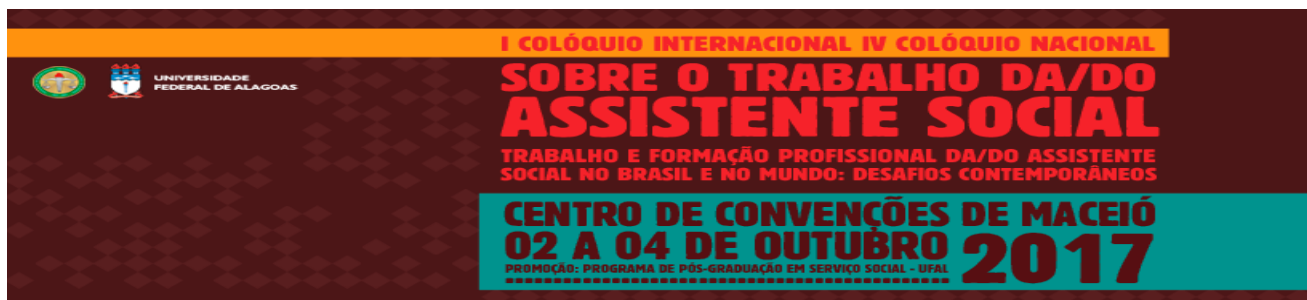
Esse dilema revela um tensionamento real entre o projeto ético-político do Serviço Social e a condição assalariada dos assistentes sociais. Tal tensão se localiza na identificação do projeto profissional com valores como liberdade, igualdade e justiça social, que articulados a um projeto de sociedade prevê em uma nova ordem societária, livre de opressões e explorações. Sabemos que para alcançar este nível de emancipação do ser humano é preciso romper com o capitalismo que tem como um de seus pressupostos, o trabalho assalariado, que aliena, cerceia e explora todos àqueles que a ele precisam se submeter, inclusive o assistente social.

Muito comum tem sido encontrar publicações, no campo do Serviço Social, onde aparece o termo **materialização** do projeto ético-político. O termo vem sendo indiscriminadamente utilizado, inclusive em títulos de artigos e livros. O termo em questão, segundo o dicionário da língua portuguesa, refere-se a “tornar material, considerar como matéria”. Nas obras do Serviço Social, ele aparece como sinônimo de efetivar, concretizar ou objetivar.

Frente a essas questões, nosso intuito, no presente artigo, consiste em problematizar a real possibilidade de materialização do projeto ético-político hegemônico no Serviço Social. Trazendo à tona um debate acerca de tal afirmativa, pretendemos colocar em discussão a possível efetivação desse projeto crítico de profissão em meio ao cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Tais reflexões foram, inicialmente, construídas no decorrer do processo de doutoramento de uma das autoras e constitui-se enquanto parte integrante de sua tese. A essas reflexões somaram-se os debates travados na disciplina denominada “Trabalho e Serviço Social”⁵, ministrada no quinto período da Faculdade de Serviço Social da

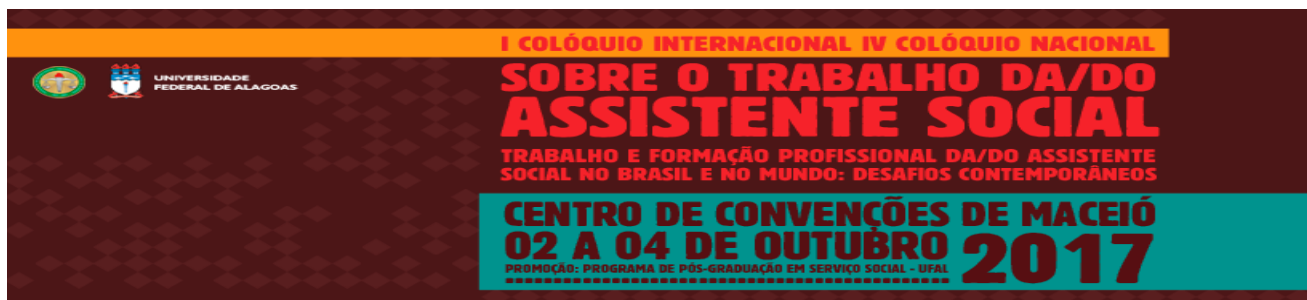
⁵ Ementa: Principais configurações do exercício profissional no contexto da reestruturação produtiva, das novas formas de organização e gestão do trabalho e das relações entre o público e o privado. A reforma do Estado e repercussões no exercício profissional: a mercantilização e refilantropização do social. O mercado e as novas condições e relações de trabalho. A dimensão investigativa e ético-política do trabalho do assistente social. O Serviço Social como campo do conhecimento. Competências e atribuições do assistente social (Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social/UFJF - 2016).



Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Ao longo do ano de 2016 essa disciplina contou com a participação de uma discente do curso de Serviço Social em função de monitoria e duas alunas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado – na realização de estágio de docência. Através de um trabalho em equipe, o planejamento das aulas a serem ministradas – bem como os processos avaliativos da disciplina – foi realizado por meio de encontros semanais. Esses encontros acabaram constituindo-se em espaços de debates sobre esses dilemas postos ao Serviço Social e, dessas discussões, surgiu o desejo de aprofundamento sobre essa temática. Tal movimento levou à elaboração desse artigo que se apresenta enquanto uma revisão de literatura, buscando oferecer reflexões sobre a construção de um fazer profissional ético, crítico, criativo e comprometido com os seus usuários, apesar das condições objetivas a que os assistentes sociais estão submetidos em meio à essa sociedade regida pela lógica do capital.

Partimos da tese defendida por Yamamoto (2011) acerca da autonomia relativa dos assistentes sociais, onde afirma que nenhum trabalhador assalariado possui autonomia integral/plena em seu espaço de trabalho, pois depende dos meios/instrumentos fornecidos por seu contratante para a realização do seu trabalho. Porém, no caso do assistente social, a relativa autonomia se garante pela formação acadêmica de nível superior e pelo aparato legal, normativo e organizativo da profissão, como o seu Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e os Conselhos Profissionais. Tal organização normativa e política configura esta profissão como liberal e permite aos profissionais utilizar sua autonomia de acordo com a correlação de forças presente na instituição e na sociedade.

Para tanto, faz-se necessário que o profissional encharque-se de um rol de conhecimentos, capacidades e habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. É preciso que consiga compreender em profundidade a realidade que o cerca, para realizar uma leitura eficiente das lutas, disputas, contradições e resistências que perpassam o seu cotidiano. Que seja capaz de redirecionar as demandas postas no seu espaço profissional para o real atendimento das necessidades sociais de seus usuários. É necessário que o assistente social saiba, ainda, em que momentos avançar ou recuar em suas proposições, nos debates e nos embates do dia-a-dia. Esses são os elementos centrais que compõem a proposta do presente artigo.



2. O PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

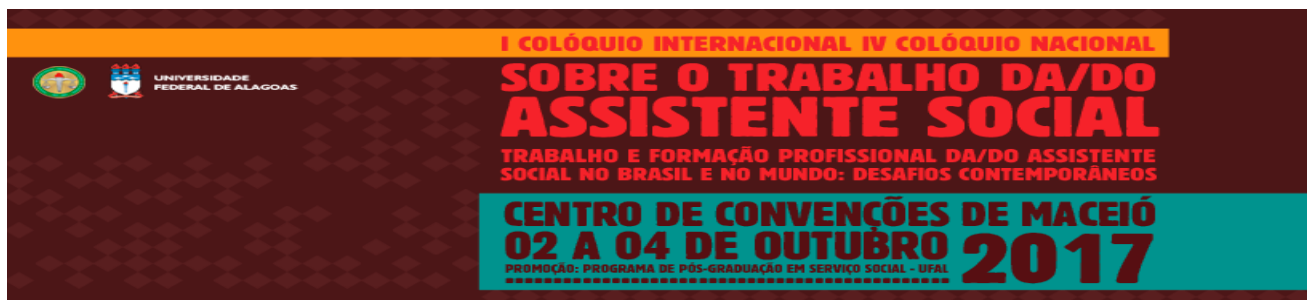
Consideramos que todo projeto profissional expressa uma proposta de direcionamento social para determinada profissão. Assim, os projetos profissionais correspondem a uma elaboração coletiva, de um conjunto de sujeitos habilitados para o exercício da profissão, com o objetivo de exprimir o posicionamento da categoria – ou parte dela – sobre a função social de determinada atividade profissional (NETTO, 1999).

O projeto profissional se relaciona à determinada contribuição que a categoria profissional pretende oferecer à sociedade na qual se encontra inserida. Assim, ele apresenta um aspecto político que o relaciona, mas não o confunde com um projeto societário. Este último tem o objetivo de atingir toda a sociedade e envolve necessariamente a ação de variados segmentos e sujeitos sociais (NETTO, 1999). Entretanto, como nos esclarece Netto (1999), todo projeto profissional encontra-se necessariamente vinculado a um projeto de sociedade, seja para reforçá-lo ou confrontá-lo, mesmo que não expresse claramente essa vinculação.

O projeto profissional crítico do Serviço Social também carrega as marcas dos seus componentes éticos e políticos. Os valores eleitos pela categoria – liberdade, autonomia, democracia, equidade, entre outros – exprimem o comprometimento dos assistentes sociais com um processo de emancipação dos sujeitos. Este compromisso foi assumido no processo de ruptura com o conservadorismo, momento no qual a categoria foi interpelada por mudanças na sociedade que rebateram nos profissionais (PEREIRA, 2014). Ele possui suas bases de fundamentação no Movimento de Reconceituação Latino Americano⁶, que durou de 1965 a 1975 e provocou indagações globais sobre nossa profissão.

Neste período, o Serviço Social iniciou um movimento que buscava novas referências teóricas e metodológicas para fundamentar a ação profissional que vinha sendo interpelada pela realidade social enfrentada pelos profissionais no seu cotidiano profissional. No Brasil, esta experiência produziu, no espaço da academia, uma vertente crítica que Netto

⁶ O Movimento de Reconceituação constituiu uma indagação global sobre todos os componentes e todas as dimensões do Serviço Social. Essa indagação instituiu um campo comum entre diversos profissionais que se uniram contra o tradicionalismo na profissão. Entretanto, esse movimento não se construiu de forma homogênea; ao contrário, foi moldado por uma unidade repleta de diversidades. Mas conseguiu englobar todos os assistentes sociais que desejavam contribuir para a concretização de mudanças sociais na “luta contra o subdesenvolvimento do continente” (PAULA, 2016, p. 97).



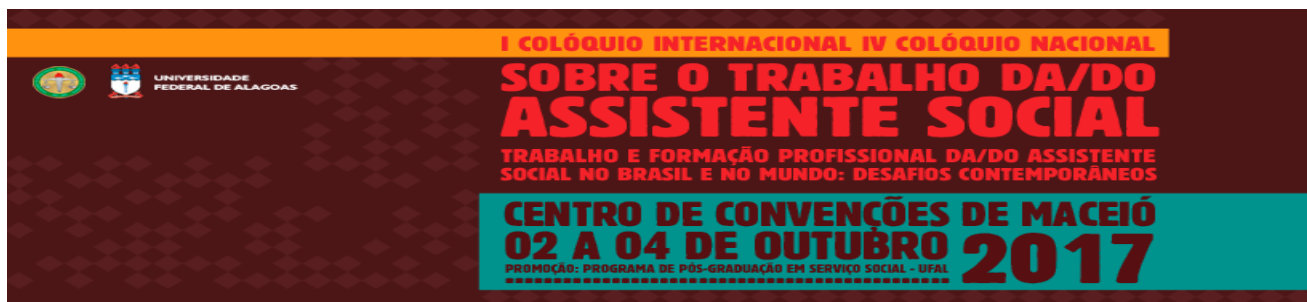
(2002) denominou “intenção de ruptura”, em meio ao processo de renovação do Serviço Social. Esta proposta buscou fundamentação na teoria social de Marx e fez duras críticas às bases teórico-metodológicas tradicionais que orientavam o Serviço Social.

As proposições oriundas da vertente crítica, ao longo dos anos de 1970, foram aos poucos ganhando espaço e inspirando o debate da categoria sobre os diversos aspectos que compõem o exercício profissional. Sobre um novo referencial teórico os assistentes sociais passaram, então, a abordar a realidade social numa perspectiva de totalidade, buscando apreender toda a complexidade das relações sociais, na qual os sujeitos de suas ações se encontram inseridos. As estratégias profissionais passaram a considerar as condições objetivas da vida material na sociedade de classes (PEREIRA, 2014). Um evento que expressou a densidade destes avanços consiste no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – realizado em 1979, em São Paulo, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

A efervescência das lutas pela redemocratização favoreceu, nos anos de 1980, o avanço da proposta do projeto profissional crítico. Esse momento demarcou o caráter eminentemente sócio-histórico do Serviço Social, preconizando a defesa da democracia, enquanto socialização da participação, do poder político e da riqueza socialmente produzida. Esses processos foram responsáveis por importantes avanços político-organizativos da categoria profissional que puderam sustentar e impulsionar o desenvolvimento de outras esferas e dimensões da profissão (PAULA, 2016).

O novo projeto profissional, que naquele momento se colocava em construção, forneceu aos assistentes sociais as bases para observação crítica da realidade social e, por conseguinte a possibilidade do rompimento com práticas conservadoras. Assim, a participação dos assistentes sociais no conjunto de lutas mais amplas da sociedade brasileira levou o Serviço Social ao redirecionamento de seu projeto de profissão, assumindo novos posicionamentos políticos que acompanharam os processos sociais progressistas em curso na década de 1980 (BARROCO, 2010, p.141-145).

Esse novo projeto de profissão seguiu ganhando densidade teórica ao longo dos anos de 1990. Legislações como a atual Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e o Código de Ética Profissional, também promulgado em 1993, são as manifestações mais diretas desse projeto profissional crítico. Outra importante expressão desse projeto são as



Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996, buscando garantir uma formação crítica aos assistentes sociais brasileiros.

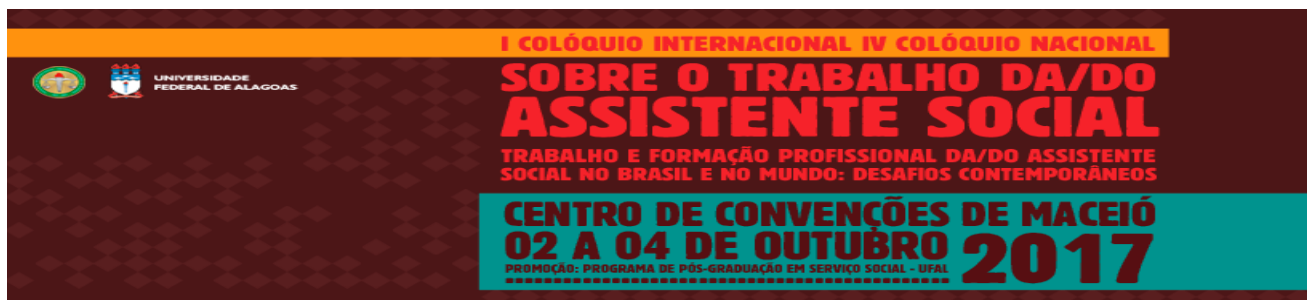
Consolidado e hegemônico o projeto profissional crítico do Serviço Social ficou conhecido como “projeto ético-político”, tendo como horizonte a elaboração de estratégias profissionais capazes de contribuir para a construção de uma sociedade sem exploração. Busca estabelecer referências capazes de inspirar ações que tenham como horizonte a plena emancipação humana dos sujeitos sociais.

No entanto, o universo de uma categoria profissional se constitui em uma arena de disputas políticas e ideológicas, um campo permeado por tensões que propiciam o surgimento não apenas de um, mas de vários projetos profissionais. Desta forma, a existência de determinado projeto profissional hegemônico não elimina a existência de outros projetos, não suprime as divergências e contradições que caracterizam este espaço.

3. A CONDIÇÃO ASSALARIADA DO ASSISTENTE SOCIAL

O processo de reconhecimento, legitimidade e conquista de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social não se estabeleceu sem contraposições. A atuação profissional referenciada nesse projeto crítico se choca, cotidianamente, com a condição de trabalhador assalariado dos assistentes sociais. Pois, apesar de desfrutarem do estatuto de profissional liberal – ou seja, possuírem formação que lhes habilita a execução de serviços de natureza técnica e de possuírem deontologia própria, um conjunto de deveres a serem observados pelos seus agentes inscritos em um código de ética – os assistentes sociais não dispõem de todas as condições necessárias para exercer suas atividades (SIMÕES, 2012). Normalmente o trabalho do assistente social é mediatizado por uma instituição, que pode ser pública, privada ou mesmo filantrópica, estabelecido por vínculo assalariado que coloca os profissionais sujeitos à todas as fragilidades e limites característicos deste tipo de contratação.

O exercício profissional do Serviço Social é atravessado pela tensão entre as referências de um projeto profissional crítico e progressista, baseado em valores com



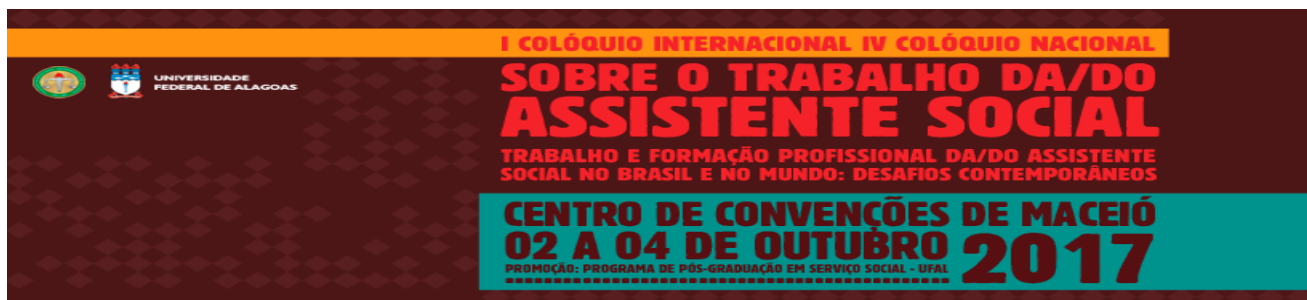
caráter universalista e a condição de trabalhador assalariado, a qual encontram-se submetidos os assistentes sociais. Toda a prática realizada por esse profissional fica, portanto, sujeita aos constrangimentos próprios de qualquer trabalhador assalariado tais com: a precarização dos vínculos e das condições de trabalho, a instabilidade salarial e o risco de demissão. Além disso, o assistente social, como trabalhador assalariado pressupõe que a instituição a qual se vincula seja a responsável pela organização do processo de trabalho, no qual vai se inserir o Serviço Social. Nesta relação, é a instituição que garante as condições de trabalho e estabelece toda a dinâmica da relação trabalhista.

Iamamoto (2011, p. 218-219) destaca que esta condição,

(...) envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho se realiza: [...]. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoantes as normas que regulam o trabalho coletivo. [...]. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, o quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Neste sentido, não é possível ao profissional estabelecer/determinar os tipos de serviços prestados/oferecidos ou a população usuária a ser atendida pela instituição que o contrata. Esses elementos destacados demonstram a limitação posta ao exercício pleno da autonomia profissional e colocam para os profissionais inúmeros dilemas sobre como superar a contradição entre sua referência para atuação e sua condição de trabalhador assalariado.

Outro elemento importante nas formulações de Iamamoto (2011) é a questão da alienação, que é inerente ao trabalho assalariado. Portanto, é preciso ter em mente que o assistente social também é sujeito alienado, que por vezes, não se apropria, nem compreende o produto do seu trabalho: a reprodução das relações sociais. Dito isto, podemos afirmar que quando o profissional não reflete sobre suas ações, perde de vista a finalidade do seu trabalho e a quem este se destina, tratando de maneira desarticulada as dimensões da prática profissional. O profissional imerso em processos de alienação corre o risco de pautar-se por uma racionalidade formal-abstrata, construindo respostas às



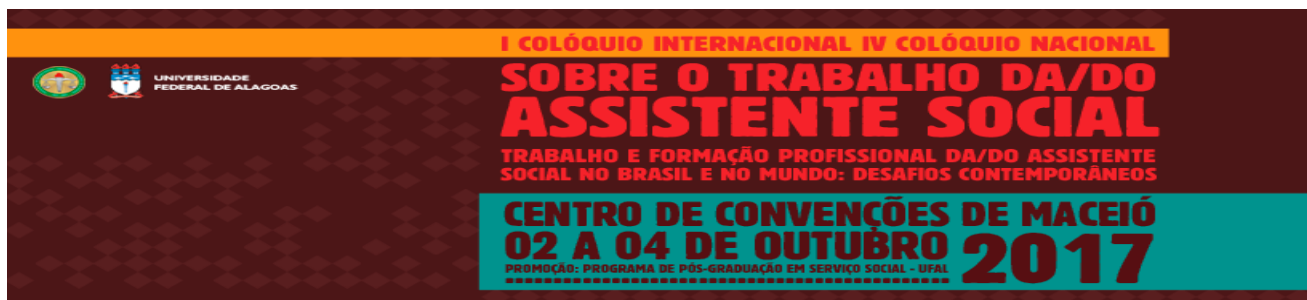
demandas que recebe, de acordo com o que foi estabelecido pela instituição, pelos programas e projetos, ou, até mesmo, pela política social.

Entretanto, o assistente social, por mais que tenha seu trabalho limitado pelas determinações institucionais, não precisa restringir-se a elas. Os profissionais não têm que limitar suas ações às requisições do seu empregador. Mas, esse alargamento do horizonte profissional exige que o assistente social compreenda, em profundidade, a função social de seu trabalho, bem como todos os elementos a ele conectados.

Iamamoto e Carvalho (1996) apontam a existência de um desconhecimento, por parte dos próprios assistentes sociais, acerca da função do Serviço Social e, neste sentido, destaca-se a dificuldade de proposição de ações que extrapolem as requisições das instituições empregadoras. A autora destaca, ainda, o acesso privilegiado do assistente social à população usuária, especialmente durante os atendimentos individuais ou ainda nos espaços de discussão coletiva, ambas as situações indicam possibilidades para a implementação de estratégias profissionais capaz de ratificar o projeto profissional da categoria. Mas, essas possibilidades precisam ser captadas pelos assistentes sociais na realidade que a eles se apresenta cotidianamente.

Nesse sentido, um elemento de extrema importância é o respaldo coletivo da categoria profissional, que serve de estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2011). Este respaldo se encontra nos valores defendidos pela profissão nos seus aparatos legais e organizativos, que direcionam a conduta profissional de todos os assistentes sociais e podem servir de argumentação no redirecionamento das demandas feitas pelos contratantes.

Apesar das características gerais do trabalho do assistente social, cada espaço configura uma atuação com significados particulares. O Estado é, atualmente, o maior empregador de nossa categoria profissional, o que nos traz a necessidade de refletir sobre suas particularidades para pensar uma melhor atuação neste espaço específico. No espaço estatal, um elemento que merece destaque é o debate sobre a burocracia. Ela se apresenta como necessária à organização do serviço público, e respalda-se na ideia de que o saber popular é subordinado ao saber institucional. Essa desvalorização do saber popular, muitas vezes, desmerece as demandas trazidas pelos usuários, dificultando o acesso aos serviços



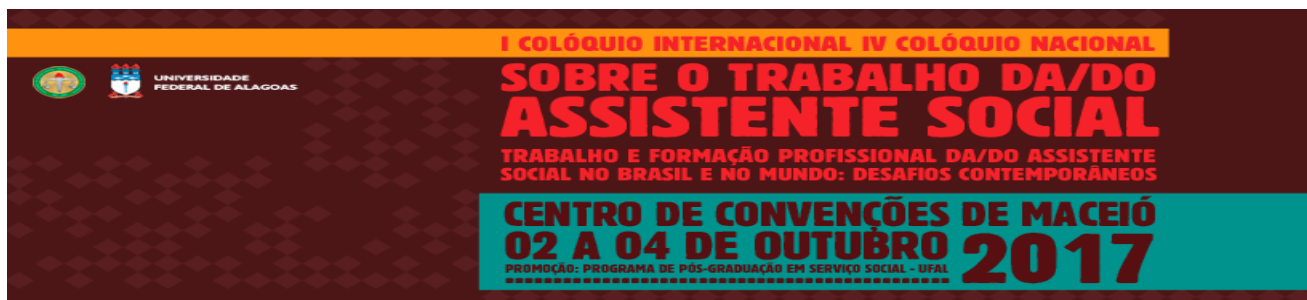
oferecidos. Neste ponto reside um desafio posto aos assistentes sociais, que trabalham para democratizar o acesso aos serviços, através da socialização das informações, que nas palavras da autora:

Envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação. Por meio da socialização de informações procura-se tornar transparente, ao sujeito que busca os serviços, as reais implicações de suas demandas -, para além das aparências dos dados imediatos -, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. Nesse sentido, essa atividade extrapola uma abordagem com foco exclusivamente individual -, ainda que, por vezes, realizada junto ao um único indivíduo – à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade (IAMAMOTO, 2011, p. 227).

Nesta perspectiva da socialização de informações, Iamamoto (2011) trata da necessidade de dar visibilidade às demandas dos usuários, dentro dos princípios éticos. Ou seja, levar para os espaços institucionais as demandas coletivas presentes na realidade dos usuários e estimular que estes se mobilizem na luta por direitos. Essas seriam algumas das mediações postas entre a condição assalariada do assistente social e um trabalho pautado nos valores do projeto ético-político do Serviço Social. Pois é possível atuar nesta contradição, utilizando criatividade para construir estratégias profissionais alinhadas com a realidade e comprometidas com os princípios do projeto ético-político construído e defendido coletivamente pela categoria dos assistentes sociais.

4. O DEBATE SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

O projeto ético-político, ainda hoje, hegemônico no Serviço Social, possui fundamentação ancorada no campo marxista. Isso significa dizer que esse projeto pauta-se em uma perspectiva de totalidade; concentra suas análises sobre a realidade concreta; compreende os fenômenos sociais enquanto processos históricos; e aponta para a necessidade de ruptura com a ordem do capital. Entretanto, ter na sua essência a indicação da superação da sociedade capitalista não significa trazer para os assistentes sociais a tarefa da condução do processo de transformação social. Interpretações que caminhem nessa direção não levam em consideração que os principais atores políticos de nossa



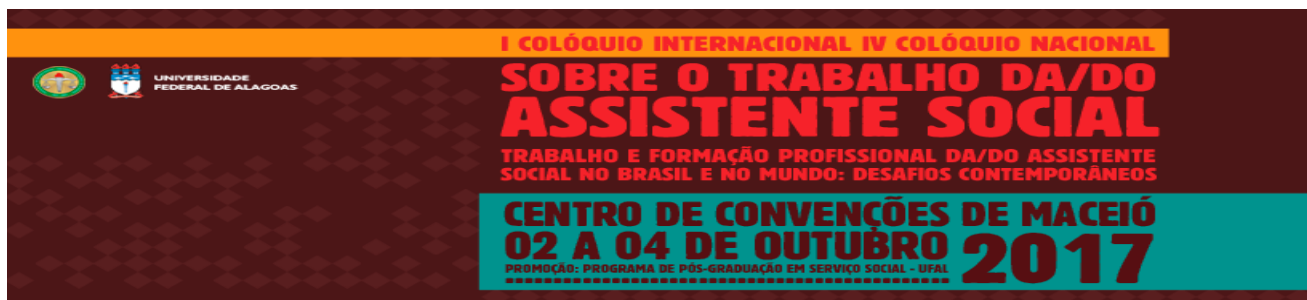
sociedade são as classes sociais e não as profissões. As reais transformações revolucionárias na sociedade só podem ser impulsionadas pela iniciativa e pelos esforços da classe trabalhadora⁷.

Não cabe ao assistente social, enquanto profissional, o papel revolucionário de transformar a sociedade capitalista. A tarefa revolucionária de subverter a ordem do capital em detrimento da conformação de uma nova sociabilidade é do conjunto dos trabalhadores. Desta forma, o Serviço Social, é uma profissão que possui, em meio a sua heterogeneidade, uma parcela de profissionais que se reconhece enquanto trabalhador e, por isso, se compromete com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Entretanto, mesmo um exercício profissional marcado por esse comprometimento não é capaz de realizar uma ruptura com a ordem capitalista. Todas as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, mesmo que defendam interesses reais do conjunto dos trabalhadores, cabem muito bem dentro dos limites do sistema capitalista. O que este profissional pode construir são intervenções que potencializem, que contribuam, que reforcem a luta por uma outra sociedade sendo que esta, na sua essência, precisa ser construída e conduzida pelos trabalhadores.

Nas palavras de Palma (1987, p. 27), “nestas circunstâncias, a atividade dos profissionais se pode definir como progressista quando apoia, reforça ou estimula o esforço transformador daqueles que são os atores básicos da mudança social” – inclusive reconhecendo-se como trabalhador. No entanto, para que os profissionais possam desenvolver ações que fortaleçam o processo de transformação social, faz-se necessário que ele esteja em construção. Esta é uma tarefa que não cabe ao Serviço Social, porque é muito maior que qualquer profissão. Não é competência do assistente social, enquanto profissional, instituir esse processo, mas uma de suas atribuições pode ser a sua contribuição no desenvolvimento desta ação coletiva. Isso é o que significa o compromisso profissional com a perspectiva revolucionária de nosso projeto ético-político.

No entanto, o assistente social é um trabalhador assalariado e como trabalhador – que sofre todo o processo de dominação capitalista –, o assistente social pode realizar ações que contribuam para o enfrentamento da sociedade vigente. Mas, essas ações não

⁷ “De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico” (MARX, 2010, p. 49).



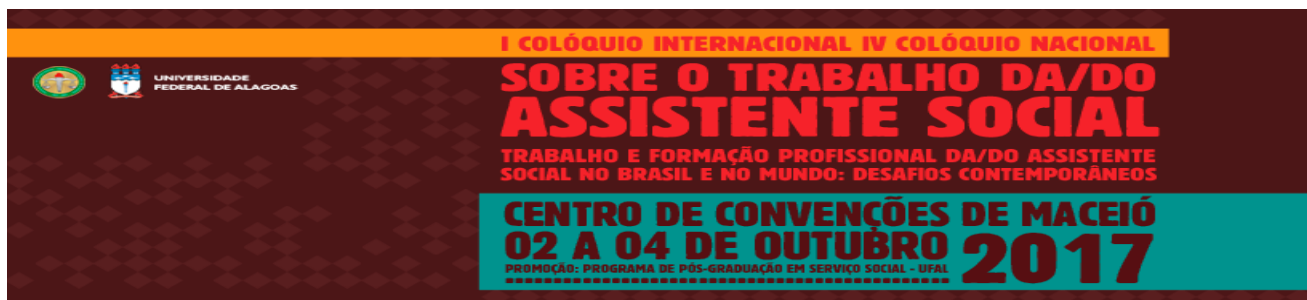
irão adquirir peso nem monta se não constituírem-se em atuação coletiva, organizada politicamente. Portanto, o assistente social deve buscar colaborar com a articulação de espaços coletivos de articulação política, estejam eles dentro ou fora do âmbito profissional.

Além disso, faz-se necessário que os assistentes sociais, não apenas ocupem os espaços políticos da própria categoria profissional, mas realizem articulações destes com outros movimentos sociais e políticos que possuam objetivos comuns na luta por uma outra sociedade. Como trabalhador que deseja contribuir efetivamente para uma transformação do sistema, o assistente social pode e deve inserir-se em outros espaços políticos, como sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros. Essas são estratégias que necessitam ser construídas na direção dos objetivos para os quais nos aponta o nosso projeto ético-político.

O desafio que está posto, hoje, a todo o conjunto dos trabalhadores – e entre eles, os assistentes sociais – é desenvolver táticas que possam mediar, no cotidiano da vida social, as estratégias que possuem como meta a luta pela construção de uma sociedade humana, dona do seu próprio destino. Portanto, enquanto trabalhador, esta passa a ser uma tarefa cuja responsabilidade é, também, dos assistentes sociais.

Nesse momento retornamos, mais uma vez, às afirmações que se referem à “operacionalização do projeto profissional”. Frequentemente, esse tipo de colocação tem sido compreendido como materialização do projeto ético-político do Serviço Social, o que quer dizer materialização dos princípios defendidos por esse projeto. Nesse sentido, algumas discussões tem sido realizadas no sentido de indicar a necessidade da construção de táticas e estratégias profissionais capazes de oferecer concretude aos valores indicados no projeto ético-político. Essa compreensão, no nosso entendimento, merece ser problematizada por várias questões.

Consideramos equivocada a intenção de “operacionalizar” ou “materializar”, ou ainda, “concretizar” os princípios defendidos em nosso projeto ético-político, diretamente no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Nesse sentido, a materialização do projeto profissional nos parece muito mais colocada como um meio do que como um fim. A possível materialização dos objetivos construídos por um determinado projeto de profissão necessita de mediações, e mesmo essas não garantem a sua realização. Um projeto é sempre uma projeção, um horizonte que nos revela uma intencionalidade. Entre a esfera da



intencionalidade e o campo da efetividade existem inúmeras mediações que incidem sobre a pretensa realização do que se intenciona.

Com isso não estamos dizendo que o nosso projeto de profissão não seja viável. Ao contrário, mais do que nunca, frente aos árduos tempos que se apresentam, ele se faz necessário, porque é preciso fazer forte enfrentamento ao modelo de sociedade posta.

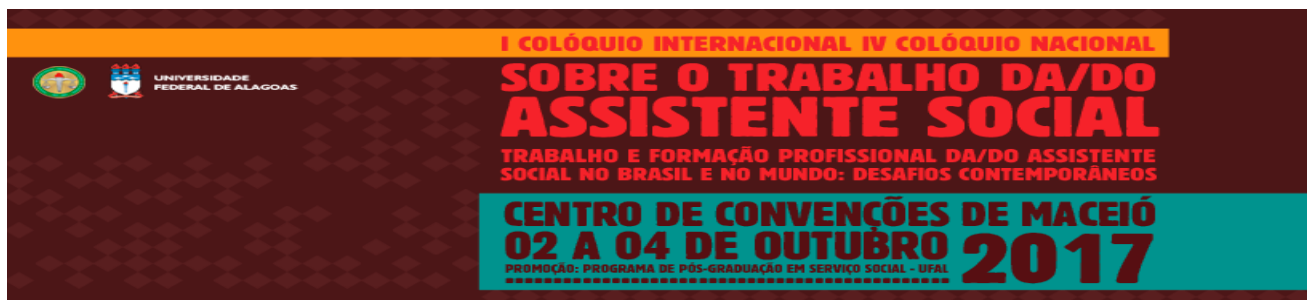
Nesse sentido, se estamos defendendo um projeto ético-político pautado na tradição marxista, compreendemos que o fundamento teórico-metodológico desse projeto possui uma clara intencionalidade transformadora – “(...) a teoria de Marx se distingue das demais por intencionar a transformação social (...)” (SANTOS, 2010, p. 36). Mas o processo de transformação da sociedade exige a construção de uma práxis⁸ social coletiva que tenha como resultado uma nova formação econômico-social.

Por isso, esse projeto se faz necessário justamente pela sua perspectiva transformadora, revolucionária. Assim, defendemos a construção de estratégias e táticas capazes de realizar as mediações necessárias entre a intencionalidade posta por um projeto profissional e a realidade que se apresenta a essa categoria profissional – compreendida enquanto um determinado segmento da classe trabalhadora. Tendo clareza de que essas mediações são perpassadas por uma série de elementos que podem alterá-las, limitá-las ou, até mesmo, inviabilizá-las.

Desse modo, as táticas e as estratégias são as mediações, ou seja, realizam as intermediações necessárias e/ou possíveis entre o campo da projeção com o da realização. Por isso, estratégias e táticas não podem automaticamente “materializar” intenções ou projetos. Considerar que esses elementos possam ser capazes de operacionalizar o projeto ético-político do Serviço Social é considerar que uma “teoria de ruptura” possa se converter em uma “prática de ruptura”, apenas por meio da vontade e da intenção de seus agentes.

Por fim, se considerarmos os valores expressos no nosso projeto ético-político como princípios defendidos pelo campo do pensamento marxista, certamente não haverá mesmo possibilidade de concretizá-los, plenamente, em meio a nossa realidade. Vivemos, hoje, em uma sociedade capitalista, onde não são realizáveis os princípios defendidos pela tradição marxista – princípios relacionados ao fim de todo o tipo de opressão e exploração,

⁸ Segundo Santos (2010, p. 36) práxis é “uma atividade teórico-prática, nem somente teórica, nem somente prática. Isso significa que a práxis possui um lado ideal – teórico – e um lado material – propriamente prático –, que só se separam por um processo de abstração, conforme aponta o método de Marx”.



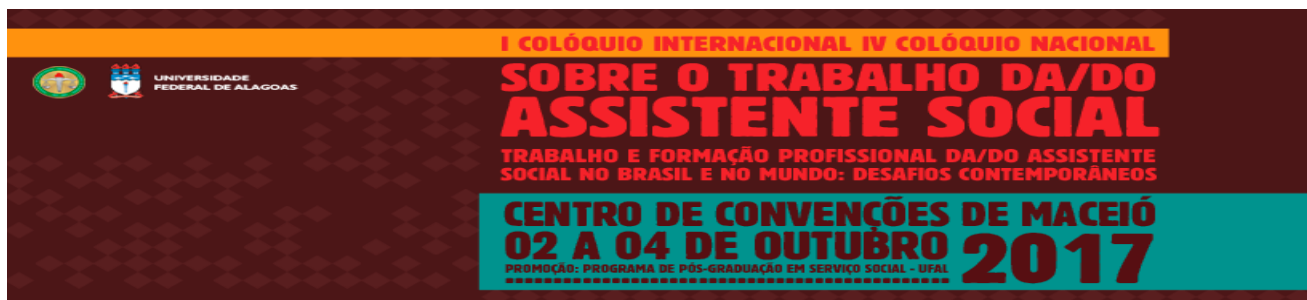
princípios articulados ao processo de emancipação humana dos sujeitos sociais. Esses princípios são a projeção de uma nova sociedade que se deseja construir. Portanto, o assistente social, em seu exercício profissional não é capaz de materializar esses princípios – não é capaz de realizar a liberdade, a justiça, a plena democracia, etc. O que ele pode construir são ações profissionais estrategicamente elaboradas que expressem a defesa desses princípios, sinalizando a necessidade da ruptura com essa ordem societária regida pelo capital.

Nesse sentido, construindo ações profissionais que expressem os valores defendidos em nosso projeto ético-político, o assistente social estará oferecendo significativa contribuição ao processo de transformação dessa sociabilidade, pois se desejamos um mundo novo, construído a partir de novas relações sociais, precisamos de novas mulheres e novos homens, imbuídos de novos valores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossos debates e reflexões – brevemente apresentados nesse artigo – concluímos que o projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que se constitui enquanto um desejo, uma projeção construída coletivamente por nossa categoria profissional, não pode, automaticamente/diretamente, se materializar na realidade de trabalho desses profissionais, pois necessita não somente da vontade e das ações empreendidas pelos assistentes sociais, mas da ocorrência de condições conjunturais exógenas à profissão. Nesse sentido, a passagem entre o que projetamos para o que efetivamente conseguiremos realizar concretamente, depende das mediações que se interpõem no processo, bem como das estratégias que serão construídas pelos sujeitos.

São muitos os autores, hoje, no campo de Serviço Social, que destacam a necessidade de se observar as mediações que se colocam entre o conhecimento teórico-metodológico e a realidade que se apresenta aos assistentes sociais. Afinal, “(...) por melhor que seja a projeção ideal sobre a prática, as suas limitações no plano da reprodução do concreto são bastante agudas” (PONTES, 2010, p. 169). São inúmeras as mediações que perpassam o processo de intervenção de assistente social, desde a sua intencionalidade até



a sua efetividade. A compreensão dessas mediações é central para a elaboração das estratégias e táticas político-operacionais.

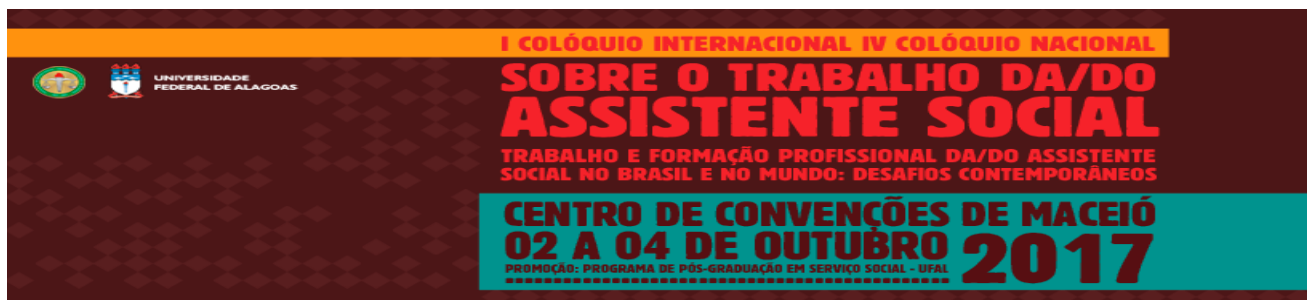
Entretanto, ao mesmo tempo em que o assistente social possui seu exercício profissional perpassado por um campo de mediações⁹, pode ele também, no seu processo interventivo construir suas próprias mediações com a realidade. Portanto, a potencialidade da ampliação de espaços da prática profissional encontra-se articulada à compreensão dessas mediações que ocultam-se nas dobras da faticidade (PONTES, 2010). E, a partir delas elaborar outras mediações vinculadas aos objetivos profissionais. Pois,

(...) há uma fulcral diferença entre o profissional que constrói os elementos de sua ação profissional com a lucidez da constituição histórico-ontológica do campo de tensões – em que se constitui a totalidade relativa – objeto de sua intervenção – e de outro que “reage” às imposições do campo de trabalho com o superficial domínio da singularidade das situações cotidianas do trabalho institucionalizado (PONTES, 2010, p. 180).

Portanto, as mediações se localizam no centro do debate entre trabalho assalariado e projeto ético-político enquanto possibilidade de trato da tensão existente entre ambos. Enquanto trabalhador assalariado, o assistente social está inscrito nos processos de precarização, exploração e alienação aos quais a classe trabalhadora se encontra submetida. Ao mesmo tempo, o projeto profissional do Serviço Social comporta valores que vão de encontro ao que está posto objetivamente. Desse modo, devem responder às demandas que lhe são postas na intervenção ao mesmo tempo em que possuem como horizonte um projeto societário cujas condições para realização não estão dadas na realidade.

É desta contradição que emerge a tensão sobre como se pautar em um projeto profissional carregado de valores que almejam uma nova ordem social estando inseridos em uma conjuntura desfavorável à efetivação desta. É nesta tensão que reside o entendimento dicotômico entre teoria e prática presente nos discursos de determinados profissionais, que ao não enxergarem a concretude imediata do projeto profissional hegemônico, entendem

⁹ De acordo com Pontes (2010, p. 165), “(...) o assistente social é um profissional que *par excellence* atua com e nas mediações. E, lembrando, as mediações ontológicas existem independentemente do conhecimento da razão humana, então, mesmo que inconscientemente, os assistentes sociais estarão se emaranhando nas teias mediadoras do tecido social com que lidam”.



que a prática está descolada da dimensão teórica da profissão. Tal compreensão apresenta um equívoco na medida em que o debate das mediações não está incorporado à ela.

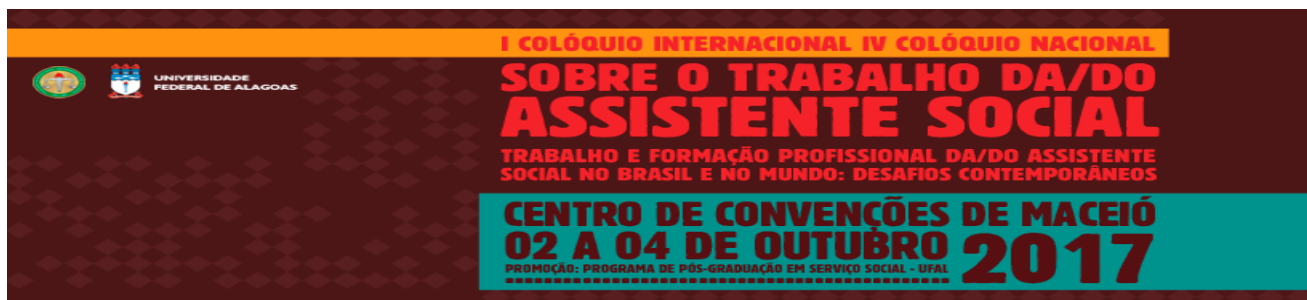
Não obstante, sem o entendimento das mediações é inviável compreender quais os elementos que envolvem a relação entre projeção e realidade. Logo, torna-se complicado o entendimento de como atuar pautado nos referenciais do projeto ético-político numa conjuntura que ainda não possui elementos precisos para sua efetivação.

Nossa categoria profissional, através de seus segmentos organizados, vem construindo, ao longo da história da profissão, uma diversidade de projetos profissionais que incidem no exercício profissional dos assistentes sociais. No entanto, o profissional no seu cotidiano institucional pode também elaborar, propor e construir ações profissionais através de um plano de trabalho que possua objetivos a serem alcançados. Para alcançar esses objetivos profissionais, ou pelo menos se aproximar deles, os assistentes sociais precisam, ainda, construir estratégias e táticas político-interventivas em seus espaços de trabalho.

Com base nessas reflexões, podemos afirmar que todo assistente social realiza seu trabalho profissional tendo em vista algum objetivo determinado. Esse objetivo pode ou não ter sido estabelecido por um plano de trabalho construído pelo próprio assistente social. Muitos são os profissionais que preocupam-se em construir, em seu espaço sócio-ocupacional, planos de trabalho que possam orientar o seu exercício profissional. Esses planos de trabalho, geralmente, são construídos a partir de processos de planejamento, sejam individuais ou coletivos. Certamente, o assistente social que possui a sua atuação profissional direcionada por um plano de trabalho construído por ele mesmo, terá muito mais clareza acerca dos objetivos profissionais que deseja alcançar.

Por sua vez, também muitos são os assistentes sociais que não possuem um plano de trabalho formulado para o Serviço Social, nas instituições onde encontram-se inseridos. O que não quer dizer que não exista algum plano/projeto orientando e/ou determinando o seu cotidiano profissional. Em geral, quando o profissional não possui um plano de trabalho próprio, ele acaba por aderir a outro projeto pré-existente ou pré-determinado que pode ser da equipe de trabalho, da própria instituição ou ainda da política social a qual sua atuação encontra-se vinculada.

Esses planos de trabalho – sejam ou não construídos pelos assistentes sociais – relacionam-se com projetos profissionais construídos e defendidos por parcelas de nossa



categoria profissional. Portanto, os assistentes sociais possuem o seu exercício profissional orientado por planos de trabalho que possuem intensa articulação com os projetos profissionais, construídos por parcelas de nossa categoria profissional, em defesa de projetos societários. Com isso, estamos ressaltando a possibilidade de um plano de trabalho ser elaborado em oposição ou em defesa de determinado projeto de profissão e, conseqüentemente de um projeto de sociedade.

Desse modo, os assistentes sociais que desejam defender o projeto ético-político, historicamente construído e consolidado nas bases teórico-metodológicas marxistas, precisam empenhar-se na tarefa – nem sempre fácil – de construir seus próprios planos de trabalho. Esses, por sua vez, devem se pautar nos princípios que ancoram esse projeto crítico do Serviço Social. Pois, se o assistente social não assume a direção da sua atuação profissional, através da construção do seu próprio plano de trabalho, tende a seguir o projeto institucional – e esse dificilmente estará em acordo e defesa da transformação dessa sociedade.

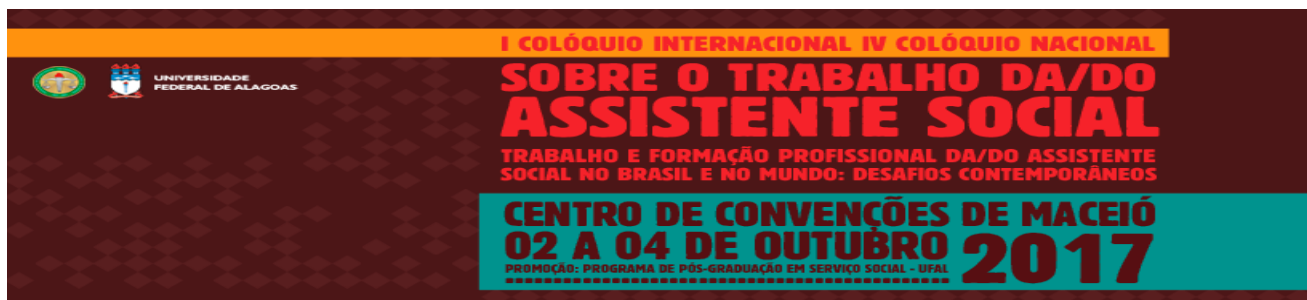
Desse modo, ousamos afirmar que não existe a possibilidade real de materialização (efetivação, concretização ou objetivação) do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de trabalho do assistente social. Entretanto, é o próprio tempo presente, com toda a sua aridez, que torna esse projeto possível e necessário, na medida em que permite que os assistentes sociais sejam capazes de construir planos de trabalho, projetos de intervenção, programas e ações que expressem o nosso projeto ético-político, bem como os seus valores e as suas fundamentações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez-Celats, 1996.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999). Disponível em: <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf>>. Acesso em: 24/10/2016.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PALMA, Diego. **A Prática Política dos Profissionais: o caso do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1987.

PAULA, L. G. P. de. **Estratégias e táticas – reflexões no campo do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016.

PEREIRA, J. A. C. **A intervenção profissional no processo de consolidação da perspectiva crítica do serviço social: a configuração do exercício profissional dos/das assistentes sociais a partir dos códigos de ética de 1986 e 1993**. Juiz de Fora: UFJF, 2014. 106 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2014.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SIMÕES, N. H. **Autonomia profissional X trabalho assalariado: exercício profissional do assistente social**. In: Revista Conexão Geraes. N 3, ano 2, 2º semestre de 2013. p. 37- 42.